



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0010441-06.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **ELIZABETE APARECIDA DA CRUZ**
 Requerido: **ROSANGELA PICHARILO MASSONI**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora almeja ao ressarcimento de danos que experimentou em virtude de destelhamento no imóvel da ré e que atingiu o de sua propriedade.

Já a ré em contestação esclareceu que não teve responsabilidade pelo episódio porque ele derivou de caso fortuito ou força maior.

Assiste razão à ré.

Diante da divergência estabelecida entre as partes, foi expedido ofício à Defesa Civil local solicitando informações que pudessem aclarar a situação posta a debate.

Em resposta, o relatório de fl. 28, acompanhado das fotografias de fls. 29/30, deixou claro que os fatos versados decorreram "*de uma grande força de pressão de ar (ventos)*" que culminou com o destelhamento parcial da construção da ré.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Consignou também que a cidade de São Carlos no mês de setembro/2014 sofreu *"em diversas ocasiões a entrada de frente fria que ocasionou rajadas de ventos localizados de até 120 Km/h, o que bem poderia ocasionar esse tipo de destruição"*.

Por fim, e em face das dúvidas suscitadas pela autora quanto à qualidade dos serviços feitos no imóvel da ré, o relatório evidenciou a ausência de risco que dele pudesse decorrer.

Alia-se a essas considerações o fato das partes não demonstrarem interesse no alargamento da dilação probatória (fls. 40 e 45).

O quadro delineado impõe a rejeição da pretensão deduzida.

Conquanto seja certo o acontecimento trazido à colação, pelo que se pode apurar os resultados havidos derivaram de força maior consistente em ventos que refugiram da normalidade.

Aplica-se, portanto, à hipótese a regra do art. 393 do Código Civil, até porque não se apurou sequer por indício consistente que a ré tivesse de algum modo contribuído para a eclosão dos acontecimentos ou para o que restou apurado em seguida.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 10 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**